

**Entre o cuidado e a educação:
reflexões históricas sobre educação infantil de crianças sem respaldo familiar**

Claudia Stella*

Resumo: Ao longo da história, educação e cuidado de crianças pequenas se confundiram nas formulações e execuções de políticas públicas. Este ensaio, baseado em revisão bibliográfica temática, tem como objetivo discutir a relação entre os conceitos de educação e cuidado, em uma perspectiva histórica, sobre o atendimento de crianças pequenas, especialmente aquelas sem respaldo familiar. A confusão entre os conceitos educação e cuidado ainda é percebida em práticas cotidianas de atendimento de crianças, que pode carregar em suas concepções a herança histórica, política e econômica da sociedade na qual este tipo de atendimento está inserido. Em nosso país práticas educativas são muitas vezes confundidas com práticas de cuidados no que se refere ao atendimento de crianças pequenas, sem respaldo familiar.

Palavras chaves: Cuidado. Educação. Crianças sem respaldo familiar.

Abstract: Between care and education: historical reflections on early childhood education for children without family support. Throughout history, education and care of young children were confused in the formulation and execution of public policies. This essay, based on literature theme, aims to discuss the relationship between the concepts of education and care, in a historical perspective on the care of young children, especially those without family support. The confusion between the concepts of education and care is still perceived in everyday practices of child care with the influence of historical legacy, political and economic about the society in which this assistance is inserted. In our country educational practices are often confused with practices of care in relation to the care of young children without family support.

Key-words: Care. Education. Children without family support.

* Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Psicologia Social pela mesma Instituição. Atua como docente/pesquisadora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP e professora adjunta na Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: <claudiastella@uol.com.br>.

Introdução

A educação sempre esteve presente no desenvolvimento humano e ao longo do tempo foi se estabelecendo de forma sistemática mesmo em eras remotas, ocorria a transmissão da cultura com intuito de facilitar a sobrevivência do indivíduo e de seu grupo, ou seja, a educação sempre possuiu um foco no trabalho e na sobrevivência humana.

De acordo com Berger e Luckmann nascemos membros de uma sociedade, permeada por conceitos educacionais, no qual desde pequenos somos inseridos no processo de ensino, tendo a família um papel importante nesta primeira apresentação.¹

Na situação de abrigo, na qual a criança se encontra sem respaldo familiar, a instituição de abrigo pode ser uma importante estrutura de apoio emocional e material, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de crianças e adolescentes.²

A relação estabelecida com os monitores desempenha papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, à medida que serão estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo neste momento, os seus modelos identificatórios.³

É importante ressaltar que, ao longo da história, os abrigos foram classificados como lugares insalubres para o desenvolvimento infantil, contudo com alguns avanços da sociedade e, especialmente, em muitos casos de violência intrafamiliar ele se constitui em uma alternativa importante na socialização primária de várias crianças, ocupando o lugar da família ausente.

Este ensaio, baseado em revisão bibliográfica temática, tem como objetivo discutir a relação entre os conceitos de educação e cuidado, em uma perspectiva histórica, sobre o atendimento de crianças pequenas, especialmente aquelas sem respaldo familiar.

Ao longo da história, educação e cuidado de crianças pequenas se confundiram nas formulações e execuções de políticas públicas. No século XVIII, a partir do surgimento de uma nova sensibilidade em relação à infância – influenciada pelos conceitos do cristianismo e pela extensão das práticas contraceptivas – a infância deixa de ser representada apenas como momento transitório e logo esquecido e passa a ter sua importância na perpetuação da linhagem das famílias.

Sob a égide de idéias iluministas, um movimento de conservação das crianças é iniciado, na França, no século XVIII, por médicos que produzem uma abundante literatura, na

¹ BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.

² SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, abr. 2006.

³ *Ibid.*, p. 7.

tentativa de diminuir o número de mortalidade e denunciar os maus tratos sofridos na infância.⁴

Donzelot descreve que a grande preocupação desse movimento continuava sendo o alto índice de mortalidade infantil, que era auxiliado pela dificuldade de se encontrar nutrizas preparadas para lidarem com esta população e da falta de interesse da sociedade sobre a questão.⁵

Nessa época as mulheres se encontravam ocupadas nas cidades trabalhando no comércio ou auxiliando os seus maridos nos seus ofícios e as crianças burguesas eram enviadas por meio de agenciadores para serem cuidadas por nutrizas, porém raramente os pais mantinham contato direto com essas mulheres, o que, frequentemente, levava as crianças a uma situação de extrema violência ou de total abandono. As grandes distâncias também proporcionavam uma grande quantidade de óbitos durante as viagens, desse modo, muitas vezes o agenciador continuava a receber por aquela criança sem comunicar a sua morte aos seus pais, tendo sempre a nutriz como cúmplice dessa artimanha.⁶

Desse modo, o Movimento de Conservação das Crianças começa a denunciar os maus-tratos sofridos na infância, na tentativa de aliviar algumas práticas educativas, até então socialmente aceitas e propagadas, além de apontar as formas de maus-tratos e de negligências perpetradas contra as crianças por seus pais.

Uso de faixas se estabeleceu quando as mães, ao se recusarem alimentar seus filhos, confiaram-nos a vis escravas que não se preocupavam em propiciar o crescimento de forças que um dia poderiam oprimi-las. Para adolescentes acrescenta-se a isso o confinamento debilitante em que são mantidas até a idade de sua primeira entrada no mundo, reclusão enfraquecedora que, freqüentemente, torna-as inaptas para as tarefas da maternidade, reproduzindo, assim, a necessidades de serviçais.⁷

Cabe enfatizar, que os serviços de nutrizas ou serviçais eram utilizados por famílias burguesas, que possuíam meios de subsidiá-los, já nas classes menos favorecidas a condição era diferenciada. Muitas vezes, esses serviçais eram atraídos do campo para as cidades com promessas de prosperação, que não se concretizavam e acabavam por abandonar seus filhos, que tinham como destino a morte ou as ruas.

No que diz respeito à família burguesa, o Movimento de Conservação das Crianças estabelece entre a mulher (mãe) e o médico da família uma parceria e juntos se incubem de tornar mais higiênicos os preceitos utilizados na criação das crianças.

⁴ DONZELOT, Jaques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

Na esfera pública ocorreram também algumas modificações, já que as crianças burguesas podiam freqüentar os liceus e muitas das falhas existentes na educação privada tinham suas semelhanças na educação pública. Assim, os pais cuidaram para que as crianças pudessem usufruir no contexto educacional público da mesma dose de liberdade física e proteção moral que na educação privada.

Com as classes menos abastadas o movimento de conservação da infância também teve suas influências sobre a educação de crianças, porém as diferenças econômicas apontaram também para as diferenças nos preceitos:

[...] aparentemente trata-se igualmente da preocupação de garantir a conservação das crianças e de estender os mesmos preceitos higiênicos, porém, com a economia social, a natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica e produz efeitos praticamente opostos.⁸

Com as crianças das famílias populares a atuação, não só do movimento de conservação das crianças como do próprio Estado, recaiu contra o abandono das crianças nos hospícios, no controle do concubinato e na tentativa de impedir a permanência das crianças na rua, já que nesta situação as crianças ficavam a mercê de qualquer tipo de sorte, sendo inclusive utilizadas pela corporação de mendigos.

Neste sentido, ainda no final século XVII, São Vicente de Paula, inicia a centralização dos menores abandonados, com uma finalidade estatal, criando os hospícios de menores⁹, onde as crianças abandonadas eram cuidadas por mulheres, geralmente nutrizes e serviçais contratadas.

O objetivo dos hospícios de menores abandonados era dar um tratamento às crianças indesejadas, conciliando o interesse das famílias, uma vez que as deixariam livres dos encargos com as crianças e o interesse do Estado, que as utilizaria, posteriormente, para as Forças Armadas ou para trabalhos penosos.

Houve, no entanto, um aumento da demanda atendida nesses hospícios, percebeu-se que ele estava abrigando, além dos abandonados, crianças frutos de ligações adulterinas. As famílias pobres, também, começavam a visualizá-los como uma solução para o sustento de seus filhos, já que no seu interior, o número de mortalidade infantil decrescia influenciado pelo movimento de conservação da infância.

Para contornar essa situação e evitar a superlotação dos hospícios o Estado tomou algumas iniciativas emergenciais como: a contratação de um maior número nutrizes e o

⁸ DONZELOT, Jaques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 27.

⁹ Ibidem.

pagamento das próprias mães como "nutrizes mandatadas pelo Estado", além de medidas para saneamento da sociedade, como o incentivo ao casamento e à permanência da mulher no ambiente doméstico para cuidar dos filhos, do marido e da casa.

As alianças estabelecidas entre os médicos e as mães burguesas foram marcos importantes na história de criação das crianças, porém nas classes populares não são as práticas educativas ultrapassadas que atrapalharam o processo de formação das crianças e sim o seu estado de abandono nas ruas, o qual o movimento de conservação das crianças, tenta redirecionar sua convivência e permanência “para espaços que tenham maior vigilância (limites): a escola ou a habitação familiar.”¹⁰

No Brasil, as primeiras instituições que acolheram crianças foram as Rodas dos Expostos, que tinham como objetivo abrigar crianças abandonadas anonimamente. Instituídas no século XVIII e gerenciadas pela igreja, as Rodas foram criadas no período colonial, sobreviveram ao Brasil imperial e à instalação da República e só foram extintas em 1950. Durante todo esse tempo a Roda foi praticamente a única instituição de acolhimento de crianças abandonadas na Brasil. Contudo, outra forma de acolhimento também foi bastante utilizada: o acolhimento de bebês por famílias substitutas seja por caridade ou por interesse em mão-de-obra fiel após o crescimento da criança.¹¹

Outras instituições, públicas ou privadas, de educação e abrigo para crianças abandonadas surgiram no Brasil, posteriormente a 1860, inaugurando uma nova forma de assistência às crianças: a filantropia. Este modelo tinha como objetivo substituir o modelo de caridade perpetuado pela igreja, organizando o atendimento a esta população dentro de novas diretrizes morais, sociais, políticas e econômicas, tão preconizadas pela a República do início do século XX.¹²

Na República, um novo sentimento em relação às crianças começa a surgir no país, uma vez que elas representavam o ideal do novo sistema de governo que se estabelecia.¹³

Neste período mais uma vez ficam claras as diferenças de atendimento das crianças desvalidas e daquelas que pertenciam às classes mais abastadas. Em 1899, é fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, ano também da fundação da primeira creche naquela cidade, destinada ao atendimento de filhos de pais trabalhadores. Já as crianças de famílias abastadas freqüentavam outro equipamento nomeado de “jardins de

¹⁰ DONZELOT, Jaques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 48.

¹¹ MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: Freitas, M. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

¹² Ibidem.

¹³ FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

infância”, fundado em 1883 – portanto anteriormente à creche, cujo cunho pedagógico deixava mais claro as diferenças no atendimento, ou seja, para as crianças pertencentes às classes sociais mais altas era destinada a educação e para as de famílias desprivilegiadas o cuidado bastava.¹⁴

Com o avanço da industrialização do país, as creches foram instituídas como obrigatórias, especialmente no Governo Vargas, porém sem a real efetivação deste direito.

Durante o regime militar (1964-1985), as creches serviram para uma educação compensatória, a legislação educacional deste período pretendia preparar as crianças de classes menos favorecidas para a educação obrigatória na tentativa de diminuir os altos índices de fracasso escolar desta população.

Neste mesmo período, a situação das crianças abandonadas no país só começa a ser enfrentada de forma sistemática, a partir de denúncias e pesquisas acadêmicas na área, especialmente influenciado pelo ano internacional da criança, que ocorreu em 1978.

Decorre deste período um movimento social, que contou com a participação da sociedade civil e assegurou os direitos básicos às crianças na Constituição Federal¹⁵ promulgada em 1988, mas o movimento pela infância brasileira teve seu ponto alto com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁶, em 1990. A partir de então, várias ações foram desencadeadas e a luta pelos direitos da criança, no Brasil, foi intensificada.

Dentre os direitos assegurados às crianças no ECA está o direito a convivência familiar e comunitária, valorizando o papel da família e das agências sociais no atendimento integral de crianças e adolescentes, prevendo o fim do isolamento nas grandes instituições de acolhimento para as crianças abandonadas. Atualmente, no Brasil, é papel dos abrigos o atendimento em pequenas unidades e a promoção da inserção das crianças nos equipamentos sociais, como os Centros de Educação Infantil (CEIs) – antigas creches, das comunidades nas quais estão inseridos.

Como discutido acima, a questão da educação infantil foi se modificando ao longo dos anos. Anteriormente, relacionava-se a um modelo assistencial de guarda de crianças

¹⁴ KUHLMANN, Moysés Jr. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

¹⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

¹⁶ Id. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069*. Brasília: Senado Federal, 1990.

abandonadas física ou emocionalmente, passando por uma proposta de um projeto educativo explícito ou implícito.¹⁷

Nos dias de hoje, juridicamente, o conceito de creche e pré-escola está voltado a um projeto educativo. Na Constituição Brasileira promulgada em 1988, a educação de crianças pequenas passa a ser um direito da criança e de sua família e um dever do Estado. Direito este reiterado pelo ECA em 1990, complementando as ações de proteção e educação da criança pequena.

Na proposta brasileira de creche estão incluídas práticas educacionais específicas que buscam o desenvolvimento integral de crianças pequenas nos aspectos físico, psicológico, afetivo, intelectual, social e ético, contribuindo para a construção do conhecimento e cidadania das crianças.¹⁸

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Na legislação brasileira a educação infantil é um dever do estado, um direito da criança, mas como não é obrigatória, é uma opção da família. Nos casos das crianças abrigadas uma opção do dirigente do equipamento de abrigo, uma vez que este pelos preceitos legais é equiparado ao guardião da criança.

Percebemos, nesta breve contextualização histórica que o cuidado e a educação estiveram presentes em muitos equipamentos de acolhimento à criança sem amparo familiar. Notamos, ainda, que em alguns momentos a sociedade se volta para a infância, exaltando os cuidados necessários para com ela. O movimento do Estado no que diz respeito à criança também, não nos parece fácil de distinguir, pois ao mesmo tempo em que "fabrica" situações nas quais a criança é a principal vítima, propõe instituições em que ela (criança) seja objeto de atuação.

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou aquele período da história. As duas atitudes coexistem

¹⁷ LAVIOLA, Elaine Cardia. *Sexualidade infantil através de relatos de educadoras de creche*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.

¹⁸ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9494/96*. Brasília: Senado Federal, 1996.

no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir.¹⁹

Assim, verifica-se que a infância, principalmente pobre, sofreu constantes formas de violência e que o Estado e/ou algumas instituições religiosas desempenharam, ao longo dos tempos, o papel de educar e cuidar das crianças indesejadas, com a intenção de sanear a sociedade.

Na constituição social entre o educar e o cuidar, Tiriba afirma que:

[...] é de difícil materialização, em práticas pedagógicas cotidianas, a unidade entre cuidar e educar. É preciso considerar ainda que os significados atribuídos ao binômio estão relacionados à diferentes concepções de Educação Infantil, que por sua vez, correspondem à diferentes concepções de mundo e diferentes concepções de infância, a valores construídos historicamente, enraizados como senso comum e, portanto, resistentes à transformação [...].²⁰

O que de certo modo ainda é percebido em práticas cotidianas de atendimento de crianças, que pode carregar em suas concepções a herança histórica, política e econômica da sociedade na qual este tipo de atendimento está inserido. Em nosso país práticas educativas são muitas vezes confundidas com práticas de cuidados no que se refere ao atendimento de crianças pequenas, sem respaldo familiar, gerando normalmente questionamentos como: Se a criança é cuidada no abrigo, por que enviá-la para uma creche?

Neste sentido podemos entender que, alguns anos se passaram o capitalismo, as guerras e a tecnologia modificaram as relações humanas, contudo crianças – geralmente de classes menos favorecidas e sem respaldo familiar, em nosso país – continuam sendo abandonadas e privadas de uma educação de qualidade, o que acaba por sedimentar dicotomia social impregnada em nossas práticas educativas.

Referências

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069*. Brasília: Senado Federal, 1990.

¹⁹ GÉLIS, Jaques. A individualização da criança. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 328.

²⁰ TIRIBA, Lea. As mulheres, as emoções e o cuidar: o feminino na formação de professores e professoras. In: FRADE, I. C. da Silva et al (Orgs.). *Coleção Didática e prática de ensino*. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 401.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9494/96*. Brasília: Senado Federal, 1996.

DONZELOT, Jaques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

GÉLIS, Jaques. A individualização da criança. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KUHLMANN, Moysés Jr. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAVIOLA, Elaine Cardia. *Sexualidade infantil através de relatos de educadoras de creche*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: Freitas, M. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, abr. 2006.

TIRIBA, Lea. As mulheres, as emoções e o cuidar: o feminino na formação de professores e professoras. In: FRADE, I. C. da Silva et al (Orgs.). *Coleção Didática e prática de ensino. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido em setembro de 2010; aprovado em junho de 2011.